

MAGAZINE

Edição nº3
novembro 2025



Forestis com nova identidade visual

Editorial

p. 3

Entrevista

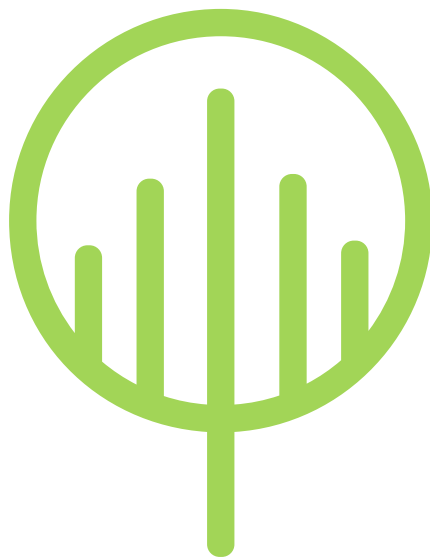
p. 13

p. 19

Balanço de 2025
a projetar o futuro
no próximo ano

Presidente da Urze,
Samuel Rebelo aborda
os principais desafios
da associação

Presidente da Forestis
no Porto Canal e Rádio
Observador



Forestis

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL

**A sua floresta, o nosso
compromisso**



editorial

O impacto da Forestis em Portugal no setor florestal

O final do ano convida-nos à reflexão sobre os desafios vencidos e à mobilização da nossa rede para os desígnios do futuro.

É com um profundo sentimento de dever cumprido e um otimismo reforçado que nos dirigimos a todos os nossos associados, parceiros e amigos, no aproximar de mais um ciclo. 2025 foi, sem dúvida, um ano de grande intensidade e de trabalho árduo para a Forestis – Associação Florestal de Portugal, mas foi também um dos mais profícuos na defesa e valorização da nossa floresta.

Todos sabemos que o setor florestal português é exigente. A gestão, a prevenção e a inovação requerem um esforço contínuo e coordenado. E é precisamente nesse esforço que reside a nossa maior força: a capacidade de união.

Sentimos imenso orgulho de ser a federação mais antiga do setor florestal, em Portugal, que hoje congrega 37 Organizações Associadas por todo o país. Este ano fica marcado pela adesão à nossa rede da Associação de Desenvolvimento Rural Lobos Uivam, do concelho de Moimenta da Beira. Estas associações representam, milhares de proprietários e gerem uma parte significativa do território florestal privado e comunitário. Esta vasta e robusta rede não é apenas um número, é a materialização da nossa ambição e responsabilidade.

O nosso papel consolida-se em ser a voz audível e técnica dos proprietários florestais em Portugal, quer junto do poder político, mas também em fóruns internacionais, assegurando que os desafios do minifúndio, da rentabilidade e da sustentabilidade são devidamente equacionados nas políticas públicas.

Em 2025, intensificámos esta representação, garantindo que as dificuldades do terreno se transformam em soluções concretas.

As metas deste ano ficaram marcadas pela aceleração e consolidação de projetos estruturantes para a Forestis, que a devido tempo serão revelados.

Com a certeza de que a nossa missão continua, cada vez mais fortalecida, iremos embarcar em 2026 com energia renovada, sabendo que o tempo urge.

Vamos acelerar a transferência de know-how, garantindo que a inovação tecnológica e as melhores práticas são rapidamente aplicadas pelos proprietários privados e órgãos gestores de baldios, através de capacitação contínua dos nossos técnicos. Manter a nossa firmeza na defesa dos interesses setoriais, sempre com o propósito de aumentar a sustentabilidade da floresta portuguesa, é um dos motes para o ano que se aproxima.

Só podemos enaltecer a dedicação incansável de todos os dirigentes, técnicos e, sobretudo, a confiança que todos depositam em nós há 33 anos.

Que 2026 nos proporcione momentos gratificantes e oportunidades de valorização para a floresta portuguesa.

Continuaremos na linha da frente acompanhando a transformação digital do setor, investindo em tecnologias que aumentam a eficiência e a segurança.

A inovação não é uma opção, é a fundação da nossa relevância futura.

Carlos Duarte

Presidente da Direção da FORESTIS – Associação Florestal de Portugal

ÍNDICE

03 EDITORIAL: PRESIDENTE DA FORESTIS
Vamos acelerar a transferência de know-how, garantindo que a inovação tecnológica e as melhores práticas são rapidamente aplicadas

05 AGENDA TRANSFORM
A valorização dos modelos de biomassa florestal foi o mote para o workshop que a Forestis, promoveu no dia 30 de outubro, em Vila Verde

10 CONFERÊNCIA INTERNACIONAL FSC
A Forestis esteve presente, neste evento internacional que decorreu no Panamá, que reuniu centenas de participantes oriundos dos quatro cantos do mundo

13 ENTREVISTA: PRESIDENTE DA URZE
Samuel Rebelo, líder da Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela revela quais são as grandes ambições e os principais desafios

19 FORESTIS EM DESTAQUE NA IMPRENSA NACIONAL
O Presidente da Forestis esteve no Porto Canal, no passado mês de agosto, e recentemente foi o convidado do podcast do Observador, para falar da Floresta

25 NOVA IDENTIDADE VISUAL
A nova identidade visual tem como peça central um logótipo moderno e intemporal. O design eleva uma árvore estilizada, com um simbolismo universal.

FICHA TÉCNICA:

Edição e coordenação:
Departamento de Comunicação Forestis

Conteúdos: Forestis

Equipa Técnica:

André Chaves
Ana Ferreira
Cláudia Magalhães
Lurdes Barbosa
Gabriel Vieira
Margarida Campos
Jefferson Pontalti
Leilson Gomes

Departamento de Comunicação

Teresa Santos

Tiragem: 500 exemplares

Propriedade- Forestis

Sede: Rua de Santa Catarina, nº 753,
44000-454 Porto

Contatos: tel 22 2073130

geral@forestis.pt

*Copyright Forestis.
Todos os direitos reservados 2025.*

Agenda transForm



Forestis impulsiona a valorização da biomassa com workshop

A valorização dos modelos de biomassa florestal foi o mote para o workshop que a Forestis, promoveu no dia 30 de outubro, no auditório municipal de Vila Verde, no âmbito da Agenda transForm, em parceria com a Associação Florestal do Cávado.

O evento, no âmbito do P2.6-Redes regionais de valorização de biomassa lenhosa da Agenda transForm, juntou técnicos, investigadores proprietários florestais, parceiros e um vasto público que partilharam conhecimento e novas ideias sobre este importante recurso.

Ficou plasmado que a valorização da biomassa lenhosa é fundamental para fomentar políticas de redução do risco de incêndio, promoção das energias renováveis e segurança energética em Portugal. Foram elencadas as oportunidades e novos modelos, envolvendo as comunidades locais.

Destaque para a presença do Presidente da Forestis, Carlos Duarte e do vereador do Ambiente, da autarquia de Vila Verde, Patrício Araújo, que evidenciaram a importância do setor florestal, como pilar estratégico para o desenvolvimento do país, na vertente ambiental, económica e social.



O painel de oradores convidados foi constituído por: Carlos Amaral da Florecha, Jorge Cunha e Aline Oliveira do CoLAB ForestWISE, José Lopes da CIM -Comunidade Intermunicipal de Coimbra, Sónia Figo, do Centro da Biomassa para a Energia, Vítor Azevedo da Câmara Municipal de Braga e Ângelo Teixeira, da Capolib -Cooperativa Agro Rural de Boticas.



O transForm é uma Agenda criada no âmbito da Componente 5 (C5) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que visa a Capitalização e Inovação Empresarial, no contexto dos sistemas de incentivos a Agendas Mobilizadoras e Agendas Verdes para a Inovação Empresarial. Liderado pela Altri Florestal e sob a coordenação técnico-científica do CoLAB ForestWISE, o transForm integra um consórcio de 56 parceiros num esforço sem precedentes de cooperação setorial.

É uma das “Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial” cofinanciada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e pelos fundos europeus NextGenerationEU.

Opinião

ESTÁ A ACONTECER

Aconteceu!

Finalmente, aconteceu!!!

João M. A. Soares *



Os que se alegram com o progressivo definhamento do tecido produtivo do País têm de estar contentes e celebrar uma notícia recente:

Uma unidade da indústria nacional de pasta de papel e papel – fundada em 1953 e sucessivamente modernizada – ou seja, uma peça competitiva do parque industrial (de capital nacional) que mais produz e exporta, em termos de Valor Acrescentado Nacional, teve de suspender temporariamente sua laboração – pela primeira vez na sua história - por falta de matéria prima nacional!

Não se trata de uma qualquer Auto-Europa ou empresa que importa a larga maioria das componentes dos produtos que “fabrica”/monta, para depois os vender e exportar, que ficou dependente de um fornecedor estrangeiro ou da negociação de apoios públicos para “fabricar” / montar um novo modelo em Portugal.

Não se trata de qualquer produtor de electricidade “verde”, produzida por painéis solares importados, para serem depois instalados em terras antes agricultadas ou florestadas (em troca de subsídios funestos).

Trata-se de uma unidade industrial de uma grande empresa nacional – das poucas que nos restam - que utiliza matéria prima que pode ser produzida integralmente em Portugal, a partir de plantinhas produzidas em viveiros nacionais e plantadas em terras (abandonadas) marginais para a agricultura.

Trata-se de uma unidade do maior sector silvo-industrial português que, há mais de uma década a esta parte, tem sido obrigado a importar, cada vez mais, uma parte importante do eucalipto de que necessita, porque... não existe em Portugal. E isso só tem sido possível porque os preços internacionais das pastas e dos papéis têm estado em alta, suportando por isso o acréscimo de custos que a importação de eucalipto de mercados distantes (com os inerentes custos de transporte cada vez mais caros) implica.

Acontece que o actual arrefecimento dos mercados internacionais de pasta de papel e de papel tornou economicamente inviável a utilização desses eucaliptos importados (baratos na origem

mas caríssimos à chegada às fábricas, por via dos custos do transporte a longas distâncias). Produzir com matéria prima a tais preços passou a representar um prejuízo diário e a ter custos de produção incompatíveis com os preços que o mercado oferece pela compra desses produtos...

Como foi possível termos chegado aqui?

Ele há responsáveis indirectos mas os responsáveis directos têm de responder perante o País:

- São responsáveis indirectos, os aderentes e activistas do Ecologismo (não confundir com Ecologia...), os tontos ignorantes, os “achistas” (os que “acham” que “todos sabem que”) e os “tudólogos”, normalmente gente bem nascida e instalada na vida (que nos entram, há anos e repetidamente, em casa dizendo e escrevendo doutamente sobre todos os assuntos), que contaminam, insidiosamente ou capciosamente, o ideal Ambiental e os Valores e o Futuro da Sociedade.

- São responsáveis directos os porta-vozes mediáticos (que têm acesso irrestrito aos meios de comunicação de grande audiência) que papagueiam e repetem todos os disparates e acusações que ouvem sobre uma espécie da Natureza, vítima de ecorracismo e fitorracismo irracionais, furtando-se por sistema a promover o contraditório e, finalmente, são as Políticas Públicas e os seus autores políticos, os responsáveis que importa acusar e julgar.

De facto, embora se trate da espécie florestal mais escrutinada e investigada em Portugal - e um pouco por todo o Mundo – sendo utilizada como a espécie de maior sucesso na reflorestação de áreas degradadas e desflorestadas, e sobre a qual têm sido publicados inúmeros estudos científicos mundialmente reconhecidos e credíveis, o eucalipto tem sido objecto de uma perseguição pertinaz que, no fundo, tem por base a “velha” luta de uma “esquerda frankenstein” (tudo o que é esquerdeado se junta e cola nesta cruzada) contra o capitalismo que esta indústria parece representar: Capital intensivo e grandes investimentos industriais.

E é perante esta velha e conhecida “flotilha ideológica” que os diferentes governos - que nas últimas três décadas “governaram” Portugal - se têm vergado acefalamente, em troca de... não

terem de ver (e responder a) artiguinhos e opiniões medíocres e infundadas nos jornais e nas TV's.

Mas há vítimas deste processo!

São vítimas, os milhares de pequenos proprietários florestais que não vêm subir o preço real da matéria prima lenhosa que produzem, (como se lhes poderia pagar mais, se o dinheiro tem de ser gasto para importar eucaliptos – de pior rendimento e qualidade fabril - da África do Sul, do Congo, do Brasil, da Argentina, etc. - com a inerente perda de competitividade externa do excelente papel português?) São igualmente vítimas os empresários de corte de árvores, os transportadores, as metalomecânicas do interior do País e os empreiteiros florestais que promovem a renovação e boa manutenção dos eucaliptais. Pois se o dinheiro é muito escasso e a margem dos proprietários é quase nula, quem se dispõe ao calvário da burocracia e das decisões “técnicas” (tantas vezes) discricionárias e infundadas? Quem replanta os eucaliptais sub-produtivos e caducos? Quem instala novos povoamentos com as boas práticas? Quem faz a selecção das varas depois dos cortes? Quem efectua as adubações e defende a floresta das pragas e dos incêndios? Poucos ou nenhuns... e todos são vítimas desse crime contra a economia e contra os portugueses.

É pois fácil perceber que assistimos hoje ao começo do colapso de uma montanha silvo-industrial que parecia forte, firme e promissora para o País no último quartel do Século XX, que, depois de “sábria e irresponsavelmente” erosionada, começa a desabar.

Pode ser que novos ventos permitam ver surgir no horizonte políticos conhecedores, competentes e corajosos para pôr fim a esta aziaga situação. É que há gente capaz em todos os partidos que hoje têm a noção de que o País precisa urgentemente de criar valor e riqueza, para a poder distribuir mais justamente... sem que isso implique qualquer opção que ponha em causa de forma irreversível os valores e os bens ambientais em presença.

A realidade aqui descrita não pode surpreender “criminosos” nem “vítimas”; ambos sabiam há muito o que estavam a fazer:

- Em plena gestão das directivas da Troika visando reestruturar

e dinamizar o tecido industrial português, um Professor Universitário de grande prestígio internacional, contactou, em nome do XIX Governo, a indústria da pasta e do papel, no sentido de sondar se os seus principais investidores estariam disponíveis e interessados em construir uma nova fábrica de pasta e papel... não obstante já nessa altura ser praticamente proibido a plantação de novas áreas de eucalipto (que já então era insuficiente para satisfazer a procura de um poderoso parque industrial instalado em Portugal... paradoxalmente... pré-aprovado e até beneficiário de incentivos... concedidos por governos dos mesmos partidos que, depois, lhe estrangularam o abastecimento...);

- O governo que efectivamente se lhe seguiu (o XXI Governo), conhecido por “geringonça” e liderado por um partido dito “responsável”, incluiu mesmo no seu programa uma exigência de um grupelho político então na moda: a “proibição da plantação de novas áreas de eucalipto”;

- Nunca se viram ou ouviram os produtores nacionais de eucalipto a defenderem com bravura e veemência, nas ruas se necessário, essa cultura e a necessidade absoluta de a regulamentar de forma construtiva e positiva.

Bastaria publicar legislação que providenciasse apoios aos produtores florestais – de todas as espécies – e um nível decente de liberdade individual e de (posterior e efectiva) fiscalização pública...

Ainda vou tendo esperança que a próxima “Reforma da Floresta” (já assisti a tantas...), talvez a “Reforma da Floresta, de Uma Vez por Todas!” como lhe chamou o actual Primeiro Ministro nas Festas da Senhora da Agonia este ano em Viana do Castelo, possa impedir a destruição das nossas Fileiras Silvo-Industriais (todas!), nomeadamente a do pinhal, tão seriamente ameaçada por outras razões.

Os Produtores Florestais deviam parafrasear e usar sonoramente uma frase tantas vezes usada na política: “Deixem-nos trabalhar!”

** Secretário de Estado das Florestas do XV Governo Constitucional*

Parcerias



Encontro de Técnicos em Ponte de Lima destacou as espécies invasoras

A ação de capacitação sobre espécies invasoras, promovida pela Forestis, em parceria com a The Navigator Company e a Associação Florestal do Lima (AFL), realizada em Ponte de Lima, no dia 17 de outubro, traduziu-se num verdadeiro sucesso.

Coletivamente reforçamos as competências técnicas dos profissionais do setor florestal na identificação e controlo de espécies invasoras.

Em representação da The Navigator Company, Susana Morais realçou a importância da certificação florestal e das boas práticas de gestão na prevenção e controlo das invasoras.

Por sua vez, Catarina Gonçalves e Eduardo Mendes, investigadores do Instituto de Investigação da Floresta e do Papel – RAIZ, centraram as suas intervenções na identificação e controlo de plantas invasoras em povoamentos florestais.

Durante a atividade de campo, os técnicos observaram e identificaram diversas espécies invasoras, nomeadamente acácias e a Cortaderia selloana, conhecida como erva-das-pampas.

Nesta magnífica jornada de conhecimento foram abordadas as principais ameaças associadas à presença destas plantas, os impactos ecológicos que provocam e as estratégias de combate, desde os métodos mecânicos e manuais (arranque e corte), aos químicos e biológicos. Entre as soluções apresentadas, destacou-se o exemplo do controlo biológico com o inseto *Trichilogaster acaciaelongifoliae*, utilizado para reduzir a reprodução da *Acacia longifolia*.

Foram, ainda, analisadas questões práticas como a definição de prioridades de gestão, a eficácia dos diferentes tipos de erradicação e o uso de herbicidas adequados em eucaliptais certificados, com foco na segurança ambiental e conformidade com os princípios da certificação florestal.



Fortalecer parcerias valorizando o potencial do setor

A Forestis marcou presença no 2.º Encontro de Parceiros Florestais da Sonae Arauco, realizado no dia 4 de novembro, no auditório do exploratório – Centro Ciência Viva de Coimbra.

A iniciativa dedicada ao fortalecimento das parcerias e à valorização do setor florestal, reuniu produtores, técnicos, investigadores e representantes de organizações florestais. Foi um momento de partilha de conhecimento e reflexão sobre os principais desafios e oportunidades que o setor enfrenta, nomeadamente a crescente pressão sobre a disponibilidade de madeira e a importância da gestão florestal sustentável.

Durante a sessão foram apresentados temas de grande relevância para o futuro da fileira florestal, como Regulamento EUDR e o seu impacto na rastreabilidade da madeira, por Inês Costa Luz, o estudo da European Panel Federation (EPF) sobre a “Disponibilidade estratégica de madeira: o fosso crescente entre a necessidade estratégica e a realidade ecológica”, apresentado por Nuno Calado.

Foram igualmente revelados os resultados preliminares dos ensaios Gene Radiata e rePlant, por Manuel Rainha e a intervenção do especialista chileno Rodrigo Ahumada, do Centro de Excelência da Arauco, que fez uma breve síntese do trabalho desenvolvido no Chile.

Nas conclusões e recomendações apresentadas pela Sonae Arauco, foi sublinhada a necessidade de tornar o território mais resiliente e que para isso é necessário que todo o setor esteja em uníssono.

A presença da Forestis e das suas associadas neste encontro reforça o compromisso do movimento associativo florestal com a promoção da sustentabilidade, da inovação e da gestão responsável dos recursos florestais, colaborando ativamente com parceiros estratégicos para enfrentar os desafios do futuro.



Segurança no setor florestal analisada em ação de Informação

A Forestis organizou, no dia 24 de outubro, na Maia uma Ação de Informação onde analisamos a segurança no trabalho no setor florestal, integrada no Projeto Advance Forest. A iniciativa contou com a parceria da Portucalea.

Foram partilhados os diferentes fatores de risco e acidentes de trabalho, a dimensão da sinistralidade, obrigações do empregador e do trabalhador, a forma correta de utilizar os EPI - equipamentos de proteção individual e como organizar os serviços de segurança e saúde no trabalho florestal.

Identificar os perigos e avaliar os riscos profissionais na atividade de exploração florestal,

Como planificar a atividade e implementar as medidas de prevenção,

Informar e formar os trabalhadores,

Como utilizar de modo seguro os equipamentos de trabalho e como em caso de acidente de trabalho.

A evolução da formação profissional dos sapadores florestais foi igualmente destacada, debatendo-se o caminho a seguir para garantir o seu desenvolvimento contínuo.

Os oradores participantes foram Joaquim Silva, Diretor do Centro Local do Alto Minho da ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho; Rui Almeida, Comandante Nacional da Força de Sapadores Bombeiros Florestais; Tânia Pereira, representante do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e Francisco Caetano, Formador.

O Projeto Advance Forest, **coordenado pela Forestis** visa capacitar com novos e atualizados conhecimentos, técnicos, produtores e proprietários florestais, e outros atores relevantes, para a nova realidade do sector florestal à escala global, relacionada com o uso de tecnologias avançadas nas operações florestais, como melhorar a produtividade, melhoria ambiental e de segurança, e a divulgação de novos regulamentos, práticas de avaliação de povoamentos e de segurança nas atividades de silvicultura e exploração florestal.

Este evento traduziu-se numa jornada de reflexão muito gratificante para a rede Forestis, contando com uma vasta adesão de participantes.





DR _ direitos reservados

A Forestis participou na Assembleia Geral Internacional do FSC®

Tratou-se de um encontro global, realizado no Panamá, entre os dias 26 e 31 de outubro, que reuniu inúmeros representantes de governos, empresas, organizações, povos indígenas e profissionais do setor florestal, onde foram analisadas as prioridades estratégicas para o futuro das florestas e do sistema FSC®.

A Assembleia reforçou a ideia de que o combate às alterações climáticas passa necessariamente pela proteção, restauração e uso responsável dos ecossistemas florestais. Entre as várias moções debatidas, sobressaiu um consenso global: a mitigação das alterações climáticas exige políticas florestais mais integradas, mecanismos de mercado mais justos e uma mobilização social mais ampla.

O FSC®, enquanto sistema de certificação reconhecido mundialmente, tem um papel crucial neste contexto. O desafio, porém, é garantir que os seus princípios continuem relevantes e eficazes num mundo em rápida transformação. As discussões mostraram que é tempo de o FSC® reconhecer e valorizar o papel das comunidades locais, dos pequenos proprietários e dos jovens profissionais como motores da mudança.

Num mundo em que as fronteiras entre clima, biodiversidade e economia se tornam cada vez mais difusas, ficou evidente que a ação florestal é também ação climática. Proteger as florestas significa assegurar sumidouros de carbono, preservar a água, garantir a biodiversidade e sustentar modos de vida, mas também significa repensar a forma como produzimos, consumimos

e certificamos. A Assembleia enfatizou a necessidade de alinhar os sistemas de certificação com as metas globais do Acordo de Paris e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tornando-os mais acessíveis, transparentes e equitativos.

Outro ponto alto foi o protagonismo da juventude. A presença de jovens profissionais do setor florestal ganhou um espaço estruturado dentro da agenda oficial, a partir da sessão “FSC Needs You(th): Education, Research and Expectations”. Foi inspirador perceber como a nova geração traz consigo uma visão mais integrada, colaborativa e orientada para o impacto. Jovens de várias regiões do mundo apresentaram propostas concretas para dinamizar o envolvimento da sociedade civil, aproximar as novas tecnologias do campo e transformar a comunicação florestal em algo mais próximo das pessoas.

Nesse contexto há a reter as três mensagens principais que emergiram do diálogo com os mais jovens:

Intergenerational Responsibility and Climate Urgency — os jovens destacaram a urgência de fortalecer a ação climática e de garantir uma gestão florestal com visão de longo prazo, capaz de assegurar ecossistemas resilientes para as gerações futuras.

Inclusion and Representation in Decision-Making — foi reiterada a importância de criar espaços formais de participação juvenil dentro do sistema FSC, incluindo grupos de trabalho, consultas regionais e instâncias de deliberação, assegurando que as suas vozes influenciem as decisões estratégicas.



Innovation and Digital Transformation — a juventude sublinhou o papel das novas tecnologias, da inovação social e da digitalização como instrumentos-chave para tornar a certificação mais transparente, eficiente e próxima das comunidades.

Por sua vez, o FSC® foi desafiado a corresponder a essa energia e expectativa, através de:

Capacity Building and Career Opportunities — programas de formação, mentoria e estágios que preparem jovens profissionais para atuar na certificação, na governança e no empreendedorismo florestal sustentável;

Platforms for Engagement and Co-Creation — espaços de co-criação, fóruns regionais e laboratórios de inovação que permitam à juventude contribuir diretamente para o desenvolvimento de novas soluções dentro do FSC;

Recognition and Support for Youth-Led Initiatives — mecanismos de reconhecimento e apoio financeiro a projetos liderados por jovens que promovam conservação, inclusão e desenvolvimento local nas cadeias florestais.

Em suma, ficou claro que a transição para uma economia mais verde e justa não acontecerá sem a participação ativa da juventude. São os jovens que estão a construir pontes entre o conhecimento técnico, a inovação e o ativismo social. São eles que desafiam as estruturas tradicionais, exigindo mais coerência entre o discurso e a prática. Para a Forestis foi inspirador

reconhecer nesse entusiasmo juvenil o reflexo de tudo que sempre defendemos: a gestão florestal como um projeto de futuro partilhado.

As conclusões da Assembleia também apontaram para a importância de fortalecer o diálogo entre Norte e Sul globais, reconhecendo as diferenças de contexto, mas valorizando os princípios comuns. O FSC® é, acima de tudo, uma plataforma de confiança. Manter essa confiança implica continuar a evoluir, ouvindo quem vive da floresta e quem depende dela para sobreviver. A experiência do Panamá demonstrou que a sustentabilidade e responsabilidade florestal é tanto um compromisso técnico como um pacto ético entre gerações.

A Forestis sai deste encontro com a convicção reforçada de que a ação local tem impacto global. Cada hectare gerido de forma responsável, cada comunidade envolvida, cada jovem que se compromete com a causa florestal contribui para uma transformação real. O futuro das florestas depende da capacidade de unir saberes e vontades e a Forestis tem aqui um papel central, como ponte entre a ciência, a prática e o território.

Em tempos de incerteza climática, as florestas lembram-nos que a resiliência nasce da diversidade. E, tal como na natureza, o movimento florestal global também se fortalece pela diversidade de vozes, experiências e gerações. O desafio agora é transformar o entusiasmo e as resoluções da Assembleia em ações concretas, ações que tornem o futuro mais verde, mais justo e mais humano

BREVES



Regulamento EUDR analisado à lupa em Viseu

No dia 6 de novembro, o auditório da Fenafrutas, em Viseu, foi o palco de uma sessão de informação, organizada pela Forestis, no âmbito do projeto Advance Forest, focada no Regulamento Europeu da Desflorestação e da Degradação Florestal (EUDR), que entra em vigor este mês de dezembro. Contámos com a valiosa presença de especialistas, que aprofundaram os detalhes essenciais do Regulamento.

Os técnicos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Cristina Santos, Carlos Caldas e Alexandra Ricardo, explanaram os desafios na implementação da norma europeia, explicaram os conceitos base, deram a conhecer o calendário da aplicabilidade das obrigações, as regras obrigatórias de diligência devida simplificada, o procedimento para submissão das declarações de diligência devida, foi analisado um caso prático real, entre outras questões.

Por sua vez, Tiago Almeida, da Finsa e Pedro Serafim, da Altri Florestal apresentaram o enquadramento do EUDR do ponto de vista empresarial e contextualizaram os diferentes desafios para os agentes da cadeia de valor.

Foi uma jornada de conhecimento muito produtiva para a nossa rede associativa.

WEBINAR da Forestis com forte adesão de participantes

A dinâmica do carbono esteve em destaque no Webinar promovido pela Forestis no dia 29 de maio, no âmbito do PDR2020. A sessão online contou com uma vasta adesão de participantes, durante as quatro horas de realização.

Ficou evidenciado pelos intervenientes que a metodologia de florestação representa um avanço para o MVC em Portugal, sendo um instrumento robusto para tentar promover a gestão florestal sustentável. No entanto, algumas melhorias deverão ser executadas no que toca aos critérios/condições de elegibilidade, duração dos projetos e na simplificação da aplicação da metodologia em si. Todavia o sucesso desta ação dependerá da implementação eficaz dos projetos e da capacidade de adaptação da metodologia às condições reais em campo. Abordagem dos inúmeros desafios a nível nacional e também europeus, no contexto do Pacto Ecológico Europeu designadamente, no âmbito do Sistema de Comércio de Emissões da UE (ETS), Regime de Certificação de Remoção de Carbono (CRCF) e da Diretiva Ações Ecológicas (DAE).



Dia Mundial do Ambiente celebrado na Escola em Vila do Conde

A Forestis realizou uma ação de sensibilização ambiental junto dos alunos da Escola Básica de Vairão em Vila do Conde, no dia 5 de junho, onde lançamos o desafio aos mais pequenos para refletirem sobre o papel da Floresta na proteção e preservação do planeta.

A atividade dinamizada pela Forestis teve como principal objetivo despertar o interesse e a consciência ambiental dos mais novos, através da realização de jogos e dinâmicas lúdicas, adaptadas às diferentes faixas etárias.

Os mais pequenos tiveram oportunidade de ver de perto algumas espécies florestais, como: eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labill.), sobreiro (*Quercus suber* L.) e pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*).

Foi explicado ao alunos que a gestão florestal sustentável é um pilar fundamental para combater as alterações climáticas, proteger a biodiversidade, garantir a qualidade da água e do solo, e proporcionar bem-estar às comunidades.

Com esta atividade, sensibilizamos as crianças para a importância da sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Forestis na vanguarda da sustentabilidade na Textile Exchange Conference 2025

Participamos ativamente na visita de campo “Rota das Pedreirinhas”, em Talhadas, organizada pela PEFC Portugal, no âmbito da Textile Exchange Conference 2025, no dia 17 de outubro.

A iniciativa teve como finalidade dar a conhecer exemplos práticos de Gestão Florestal Sustentável, o papel das florestas comunitárias na conservação da natureza e ainda abordar a importância das fibras sintéticas de celulose e da rastreabilidade da sua origem em florestas geridas de forma sustentável.

O programa contemplou apresentações, visitas guiadas e momentos de partilha entre representantes da indústria têxtil de diversos países e do setor florestal, promovendo o diálogo sobre cadeias de valor responsáveis e a ligação entre a floresta e os materiais utilizados na indústria têxtil.

Durante o workshop interativo, André Chaves, em representação da Forestis, divulgou o trabalho desenvolvido pela Associação Florestal de Portugal, destacou o contributo inovador dos projetos financiados pela indústria para a restauração da natureza e da biodiversidade, reforçando o papel das organizações florestais na promoção da sustentabilidade e da economia circular.

URZE desempenha um papel crucial na promoção da gestão florestal sustentável

A URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela desempenha um papel fundamental na promoção da gestão florestal sustentável na sua área de intervenção (que abrange, nomeadamente, os concelhos de Gouveia, Seia e Manteigas), atuando em diversas frentes junto dos seus associados e da comunidade em geral.

Samuel Rebelo

Presidente da URZE



Qual é o balanço que traça do trabalho desenvolvido neste mandato?

O trabalho desenvolvido neste mandato pode ser sintetizado em três áreas principais: a resposta aos desafios ambientais, a consolidação da gestão técnica e o avanço no ordenamento do território. O aspeto mais crítico e central foi a resposta aos eventos extremos, como o incêndio de 2022, que afetou gravemente a Serra da Estrela. Foi priorizada a intervenção nas áreas ardidas, garantindo o apoio técnico imediato aos associados. Foi crucial a capacidade da URZE em captar financiamento (nomeadamente através do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência) para projetos de grande escala. Estes fundos permitiram a implementação de operações de reabilitação e aposta em novos modelos de ordenamento.

O mandato consolidou a posição da URZE como entidade gestora de referência para o ordenamento, assumindo a liderança na implementação de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) em áreas-chave como Seia e Gouveia. Foi intensificado

o trabalho de assessoria técnica aos baldios, reforçando a capacidade de autogestão das comunidades.

A Associação reforçou a sua equipa técnica, garantindo que há capacidade instalada para dar resposta às crescentes exigências legais e técnicas dos projetos de gestão florestal sustentável e de reabilitação.

A área de intervenção da URZE contempla diferentes concelhos, situados na encosta Noroeste da Serra da Estrela: Gouveia, Manteigas e Seia. Qual tem sido a área geográfica mais complexa de intervir e porquê?

É desafiador apontar um único concelho como sendo o mais complexo de forma absoluta, pois a complexidade da intervenção da URZE nos concelhos de Gouveia, Manteigas e Seia resulta da combinação de fatores que se manifestam de formas diferentes em cada um. No entanto, as áreas que integram o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) e que foram significativamente afetadas pelos incêndios de grande

Entrevista

dimensão (como o de 2022) tendem a apresentar a maior complexidade, o que afeta sobretudo os concelhos de Seia e Manteigas, pela sua localização mais central no maciço da Serra da Estrela. Os concelhos de Manteigas e Seia, em parte também Gouveia, englobam as áreas de maior altitude e de maior valor ecológico, onde a gestão florestal é mais restritiva.

Estar inserido no Parque Natural da Serra da Estrela e, em algumas zonas, na Rede Natura 2000 impõe regras mais rigorosas à intervenção. As prioridades mudam da produção para a conservação de habitats e a regeneração de espécies autóctones, exigindo planos de intervenção mais detalhados e burocráticos. Em áreas como o Vale Glaciar do Zêzere (Manteigas) ou a Garganta de Loriga (Seia), a orografia acidentada e a altitude elevam os custos e a dificuldade das operações silvícolas e de prevenção de incêndios.

Aproximadamente 25% da área de intervenção da URZE é baldia. A gestão florestal sustentável nestas áreas exige a coordenação com a Assembleia de Compartes, um processo por vezes lento e dependente da vontade política local, que pode gerar atritos ou atrasos nos projetos. Tal como no resto do interior de Portugal, a elevada fragmentação da propriedade privada (minifúndio) em toda a área de atuação da URZE é um obstáculo constante. Intervir numa área contínua exige a concordância de muitos proprietários diferentes.

A complexidade central, referida pela própria URZE ao longo do tempo, é a mudança de atitudes e comportamentos dos proprietários face ao abandono do território e à necessidade de uma gestão ativa, um desafio cultural que se estende aos três concelhos.

Qual é o impacto que os incêndios florestais que afetaram a região este ano está a causar?

Os incêndios florestais este ano afetaram duas das nossas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), em Seia. Nesta e nas outras áreas afetadas, os incêndios florestais levam a perdas de biodiversidade, ao aumento do risco de erosão do solo e contaminação de linhas de água, com sedimentos e cinzas. Embora seja bem visível o rasto de destruição deixado pelos incêndios, arregaçamos as mangas, para reformularmos as AIGP, para chamarmos mais proprietários a aderir, e juntos fazermos

a mudança que este território precisa, contrariando a tendência de abandono rural que está também associada a estes incêndios.

Em relação à gestão das áreas baldias qual é o ponto de situação e quais são os desafios futuros?

A gestão das áreas baldias em Portugal é um tema com forte carga histórica e uma importância crescente no ordenamento do território, pela situação atual marcada por um enquadramento legal relativamente recente e por um reconhecimento cada vez maior do seu potencial, mas ainda enfrenta desafios estruturais. O enquadramento atual reafirmou o estatuto comunitário destes terrenos e a sua gestão pelas comunidades locais.

O reforço legislativo que os baldios são terrenos comunitários, cuja posse, fruição e administração pertencem aos respetivos compartes (membros da comunidade local), por direito próprio. Através de alguns instrumentos de planeamento já instituídos como os Planos de Gestão Florestal (PGF) carecem agora de implementação efetiva e a adaptação a uma gestão multifuncional. São uma fonte de receitas significativa para as comunidades, provenientes da exploração florestal (madeira, biomassa) e de outros recursos.



Agora é fundamental a diversificação da exploração dos mesmos, pela exploração

de outros recursos não lenhosos assim como pelos de serviços de ecossistema (turismo de natureza, conservação). Os baldios, apesar do seu potencial, enfrentam problemas estruturais que se agravam no contexto de despovoamento e alterações climáticas. A baixa densidade populacional e o envelhecimento das comunidades rurais dificultam a organização, a participação ativa dos compartes (principalmente dos mais jovens) e a eleição de órgãos de gestão com a necessária formação e disponibilidade.

Em suma, o baldio terá de evoluir de uma figura histórica para uma peça-chave no ordenamento e resiliência do território. O sucesso futuro dependerá da capacidade das comunidades de se profissionalizarem, agruparem-se e de o Estado garantir o apoio técnico e os incentivos financeiros necessários para uma gestão verdadeiramente multifuncional e sustentável.

No seu entender, quais são os passos para melhorar a governança e valorização dos baldios nacionais?

Entrevista

A melhoria da governança e da valorização dos baldios nacionais (terrenos comunitários geridos pelas comunidades locais) é um desafio complexo, mas crucial para a gestão sustentável do território e o desenvolvimento rural. No nosso entender, os passos para melhorar estes aspetos centram-se em três pilares essenciais: Reforço Institucional, Gestão Profissionalizada e Valorização Económica e Social.

Embora já exista legislação específica, é fundamental assegurar a clareza e estabilidade jurídica sobre a natureza dos baldios, resolvendo disputas pendentes e garantindo o registo predial dos terrenos em nome das comunidades. Desenvolver competências administrativa e de gestão aos órgãos de gestão dos Baldios pela formação contínua dos membros das Assembleias e dos Conselhos Diretivos (os órgãos de gestão dos baldios) em áreas como gestão florestal sustentável, contabilidade, direito e acesso a financiamento (comunitário e nacional).

Incentivar ao Agrupamento e Parcerias na cooperação e a gestão agrupada entre comunidades de baldios (e com associações florestais como a URZE), é outra das metas cruciais para aproveitando de sinergias e ganhos de escala para a contratação de técnicos, a elaboração de planos de gestão e a comercialização de produtos e finalmente reforçar os mecanismos de fiscalização externa da gestão dos baldios e exigir uma maior transparência na gestão financeira, nas decisões de investimento e na distribuição dos resultados, aumentando a confiança e o envolvimento dos compartes (membros da comunidade).

As alterações climáticas têm um impacto significativo nos ecossistemas florestais. Quais as medidas a URZE está a implementar para mitigar os efeitos das alterações climáticas e adaptar a Floresta a esta nova realidade?

A URZE está empenhada em realizar e participar em projetos que visam monitorizar a biodiversidade em áreas-piloto, promover o restauro ecológico, recuperar e proteger habitat de espécies ameaçadas, entre outros. A nossa equipa multidisciplinar trabalha de forma integrada, fornecendo aos nossos associados soluções que permitam tornar a floresta mais resiliente às alterações climáticas, mas sem descurar eixos importantes como a saúde do solo, os polinizadores e diversos habitats e as suas importantes funções.

A gestão florestal sustentável é um tema cada vez mais atual. Que papel desempenha a URZE na promoção de práticas florestais sustentáveis entre os seus associados e a comunidade em geral?

A URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela desempenha um papel fundamental na promoção da gestão florestal sustentável na sua área de intervenção (que abrange, nomeadamente, os concelhos de Gouveia, Seia e Manteigas),

atuando em diversas frentes junto dos seus associados e da comunidade em geral.

O seu papel centra-se essencialmente na assistência técnica e apoio aos associados, apoiando e adaptando as suas necessidades à legislação em vigor e às modernas orientações técnicas. Através de assessoria técnica na escolha das melhores opções de produção e gestão.

Envolver -se na elaboração e gestão de instrumentos de ordenamento florestal como os Planos de Gestão Florestal (PGF), RJAAR e, mais recentemente, em Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), visando uma gestão ativa e sustentável do território. Execução de operações silvícolas como preparação de terreno, plantações, podas e desramações, que são essenciais para a saúde e produtividade da floresta, e para a prevenção de incêndios. Orientar os associados sobre apoios e financiamentos para a implementação de práticas sustentáveis e de aumento da resiliência da floresta, nomeadamente contra os incêndios.

Promover boas práticas e inovação e disseminar métodos que conciliam a ecologia e a economia no setor florestal, pela visitação e iniciativas no terreno para demonstrar boas práticas em operações florestais, por exemplo, na gestão do pinhal ou na valorização da regeneração natural como estratégia de gestão florestal sustentável. Incentivar a reconversão da floresta, incentivando o incremento de espécies autóctones (nativas) que estão mais adaptadas ao ecossistema local e contribuem para a biodiversidade.

Em suma, a URZE atua como um agente de desenvolvimento local / regional que procura integrar as necessidades dos proprietários florestais com os princípios da sustentabilidade, promovendo uma gestão florestal multifuncional, responsável e adaptada aos desafios ambientais e sociais da região da Serra da Estrela.

8-A participação dos jovens na gestão florestal é fundamental para garantir a sustentabilidade do setor a longo prazo. Que iniciativas a URZE dinamiza para atrair e envolver a juventude no setor?

Ao longo deste ano, a URZE tem desenvolvido diversas atividades com crianças e jovens de todas as idades. Estas atividades práticas sobre as diversas espécies encontradas nas nossas florestas, sobre os vários estratos da floresta e a importância da vegetação arbustiva para os polinizadores, etc. permitem sensibilizar as crianças e jovens para a natureza que os rodeia. Para além de dar a conhecer a associação e o nosso trabalho, levamos parceiros locais, como o CERVAS, para falar sobre biodiversidade, fauna e flora e a importância de preservar e conservar a natureza. Acreditamos que ao fomentar o gosto pela natureza, pela floresta, podemos contribuir para que estas crianças e jovens sintam uma maior conexão à Terra e às florestas.

Entrevista

Quais são os principais desafios enfrentados pela URZE na manutenção e ampliação da certificação da gestão florestal dentro do SGFS - Grupo Forestis?

A URZE enfrenta diversos desafios para assegurar e expandir a certificação da gestão florestal sustentável. Entre os principais destacam-se; a mobilização e acompanhamento dos pequenos proprietários num contexto de elevada fragmentação fundiária, garantir a execução técnica adequada das operações florestais em áreas sensíveis e afetadas por incêndios, integrar medidas eficazes de prevenção e resposta aos incêndios e identificar, proteger e monitorizar Altos Valores de Conservação.

De que forma a URZE analisa a evolução dos princípios e critérios das Normas de Gestão Florestal nos próximos anos, e quais adaptações que serão necessárias para garantir a conformidade e a competitividade do SGFS – Grupo Forestis a nível nacional?

Pre vemos que as normas de gestão florestal se tornem mais exigentes, incorporando aspetos como adaptação climática, biodiversidade e envolvimento comunitário. Para garantir a conformidade e a competitividade do SGFS – Grupo Forestis, será necessário reforçar a formação e capacitação, melhorar a recolha de dados e a monitorização, adotar práticas de gestão adaptativa e manter uma comunicação ativa com os parceiros e entidades relevantes.

Na sua opinião o que está a faltar para se alcançar uma gestão ativa e resiliente dos espaços florestais a nível nacional?

Considero que o principal entrave para se alcançar uma gestão ativa e resiliente dos espaços florestais a nível nacional não é a falta de conhecimento técnico, mas sim a descoordenação estrutural entre três elementos cruciais. Falta de ligação entre a terra e o dono incapacitando a gestão, a ausência de um cadastro integral, rápido e gratuito impede a identificação de milhões de hectares de propriedade. Não se pode negociar, investir ou planear a longo prazo sem saber quem é o proprietário. Mecanismos legais e/ou económicos sólidos que force ou recompense a associação de pequenos proprietários. Enquanto for mais fácil abandonar a terra do que gerir, o minifúndio continuará a ser o principal criador de risco de incêndio.

A descontinuidade do financiamento, não permite olhar para o negócio da floresta longo prazo e, não apenas como um reservatório de biodiversidade ou um problema de segurança. Os financiamentos não podem continuar a ser exclusivamente como investimento de instalação, terá que ser fundamental acautelar o financiamento contínuo para a manutenção silvícola ao longo dos anos. A gestão ativa é um trabalho anual, não um projeto pontual.

Valorizar os subprodutos florestais deve ser um ato político assumido, impondo um mercado consistente para a biomassa residual (o material que é retirado das limpezas preventivas) tornando-o estável o suficiente para que a sua remoção do terreno compense os custos de limpeza. A floresta é, simultaneamente, um problema de ambiente, agricultura, economia e segurança. Falta uma visão unificada e estável.

Em suma, temos a legislação, os técnicos e os planos. O que falta é a estrutura fundiária e o modelo económico que permitam às associações regionais, como a URZE, executar esses planos de forma massiva e contínua no terreno.

O que considera ser a prioridade central para o setor florestal?

A prioridade central e inadiável para o setor florestal em Portugal é a organização da Propriedade e da gestão à escala da paisagem. Este é o desafio fundamental porque está na raiz da insegurança (incêndios) e da falta de rentabilidade (abandono) da floresta portuguesa.

A fragmentação da propriedade é a fundamental obstrução a uma gestão eficaz da prevenção de incêndios, pela extrema fragmentação do minifúndio e a titularidade desconhecida (falta de cadastro) tornam o planeamento e a execução de limpezas e gestão de combustíveis morosos, caros e, muitas vezes, inviáveis.

A dimensão atual da propriedade não permite de forma isolada o investimento, a profissionalização na gestão e assim o rendimento que produz o abandono. Muita da reorganização passa, necessariamente, pela conclusão rápida e massiva do cadastro (BUPi), pois não se pode gerir o que não se conhece. Este é o alicerce de qualquer política florestal a longo prazo.

Em resumo, sem resolver o problema de quem gere o quê e sem dar escala à gestão, qualquer investimento em espécies mais resilientes, inovação tecnológica ou novos produtos terá um impacto limitado. A prioridade central não é apenas plantar árvores, mas sim reestruturar o território e a forma como este é gerido.

É com o “Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050”, com foco na valorização dos recursos florestais, reforço da resiliência, reorganização da propriedade e melhoria da governança, que podemos alavancar um novo capítulo no setor florestal em Portugal?

O “Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050” (sendo este um cenário hipotético, mas que se enquadra na ambição do setor) é, sem dúvida, o tipo de instrumento estratégico e de longo prazo necessário para alavancar uma mudança estrutural no setor florestal português. A avaliação é positiva, mas condicionada. O plano tem o potencial para ser o novo capítulo, mas apenas se as suas quatro áreas de foco se traduzirem em ações eficazes e com financiamento garantido.

Entrevista

O potencial deste plano consiste exatamente nos eixos que menciona, que visam corrigir os principais problemas estruturais da floresta em Portugal. A reorganização da propriedade que é o elemento mais crítico. Se o plano conseguir dar um impulso decisivo à reorganização fundiária, será, por si só, um novo capítulo na vida e gestão do território, concebendo uma escala de exploração, uma valorização dos recursos florestais consistente com a criação de cadeias de valor e inovação, no desenvolvimento da capacidade de prevenção e adaptação ao invés do combate ao incêndio e por último pela eficiência e coordenação na governança quer nacional quer local.

Será um novo capítulo, mas com “reservas” pois depende de uma política consistente isenta de “ciclos políticos”, com financiamentos robustos e garantidos e, fundamentalmente na capacidade de estimular os pequenos e médios proprietários na ideia de gestão agregada.

Se os quatro pilares forem implementados com determinação e continuidade, o Plano 2025-2050 será o instrumento que finalmente fará a transição de um modelo de “reforma da floresta” para um modelo de “economia da floresta”.

Como avalia o contributo que a Forestis tem proporcionado ao longo destes anos para o desenvolvimento da atividade da URZE?

A FORESTIS atua como uma federação e uma estrutura de topo a nível nacional, proporcionando à URZE o suporte e o enquadramento que são vitais para o seu trabalho na Serra da Estrela. Permite assegurar que a voz da URZE e de outras associações regionais é considerada a nível central, o que é crucial para garantir apoios e legislação adequada.

A FORESTIS representa e defende os interesses do associativismo e dos proprietários florestais (incluindo a URZE) junto de entidades públicas, como o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e o Governo. Participando na decisão política e técnica, ajudando a moldar a legislação florestal e as de candidaturas a fundos comunitários, garantindo que as políticas públicas vão ao encontro das necessidades no terreno.

A própria existência da FORESTIS confere maior solidez ao setor florestal privado e comunitário, agregando dezenas de

associações florestais em Portugal (e a URZE é formalmente uma das suas associadas), a FORESTIS facilita a partilha de experiências e a cooperação entre associações de diferentes regiões.

Em suma, a relação entre a FORESTIS e a URZE é um exemplo de cooperação em rede (verticais), onde a FORESTIS cria o enquadramento político e técnico, e a URZE o aplica diretamente no território da Serra da Estrela, prestando serviços essenciais aos proprietários.

Quantos associados tem a URZE atualmente?

Contamos neste momento com 1556 associados, com indicadores destes números virem a crescer de forma significativa. Temos tido bastante procura por novos associados que veem a mais valia do acompanhamento a longo-termo da URZE, sendo importante para elaboração, execução e monitorização de projetos.

Quais são as principais ambições futuras desta Associação?

Como foi referido ao longo de toda esta entrevista, o trabalho na floresta é um ciclo perpétuo, não existe a perspetiva do fim das exigências, o balanço é sempre “positivo pelo muito que se faz”, mas há a consciência de que “está

ainda tudo por fazer” porque a floresta exige manutenção constante, nomeadamente em termos de silvicultura e manutenção. A valorização económica é um desafio contínuo, na procura da estabilidade profissional e financeira da OPF, bem como encontrar novas formas de rendimento na floresta para que o trabalho de gestão e prevenção seja economicamente viável e permita a fixação de novas pessoas no mundo rural.

A aposta na inovação não é só tecnológica, mas também reside na criação de novas cadeias de valor que tornem a floresta rentável e sustentável, quer pela intervenção conjunta entre vários atores (proprietários, associações, municípios), numa abordagem inovadora nos modelos de gestão. Exige planeamento a longo prazo e a mobilização de grandes áreas, superando a fragmentação da propriedade.

Em resumo, a inovação desenvolvida pela URZE não é visível em gadgets, mas sim na profissionalização da gestão, na sustentabilidade económica do recurso e na integração de dados e de atores para uma defesa eficaz da floresta.



Bilhete de identidade



URZE ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DA ENCOSTA DA SERRA DA ESTRELA

A URZE é uma associação sem fins lucrativos, criada em agosto de 1999. Em 2004 foi reconhecida como Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA). Tem por objetivo promover a reflorestação e a prestação de acessória técnica no âmbito florestal, contribuindo para elaboração de políticas florestais sustentáveis, ao apoiar e propor linhas e projetos que respondam às necessidades dos proprietários e que melhorem a estrutura da propriedade florestal, por forma a obter-se uma gestão sustentável dos recursos florestais, bem como, para a conservação da natureza e a proteção do ambiente nos espaços florestais, valorizando as suas funções ambientais, paisagísticas, culturais e sociais.

EQUIPA TÉCNICA

João Pedro Madeira Pinto Castilho Borges

joao.castilho.urze@gmail.com

Beatriz Ladeira de Faria

bfaria.urze@gmail.com

Daniel José Santinho Andrade

daniel.andrade.urze@gmail.com

Marco Paulo da Cruz Gouveia

marcogouveia.urze@gmail.com

Ana Margarida Machado Marcelino

margarida.urze@gmail.com

Laura Trindade de Donato

laudon.urze@gmail.com

ÁREA DE INTERVENÇÃO

Gouveia

Manteigas

Seia

SERVIÇOS PRESTADOS

Consultoria florestal

Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI)

Inventário e avaliação de material lenhoso

Projetos de arborização e beneficiação florestal

Planos e execução de fogo controlado (para gestão de matos)

Planos de gestão florestal (PGF)

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

Levantamentos cartográficos com GPS

Diagnóstico e tratamentos de pragas e doenças florestais

Execução de operações silvícolas (preparação de terreno,

plantações, podas, desramações)

Análises foliares (nutrição das plantas)

Auto de marca

Análises de solos

Cartografia digital

Enxertia de pinheiro manso

EXTENSÃO FLORESTAL

Apoio à elaboração de Planos de Utilização de Baldios

Apoio à constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)

Aconselhamento sobre proteção contra incêndios

Acompanhamento de projetos e obras florestais

Informação sobre fornecedores e prestadores de serviços florestais

Informação sobre apoios públicos ao investimento florestal

Aconselhamento sobre valorização e comercialização de produtos florestais

Informação e legislação sobre o setor florestal

FORMAÇÃO

Cursos de formação, jornadas técnicas e seminários

Campanhas e ações de sensibilização florestal

CONTACTOS:

R. Cidade da Guarda

Ed. da Estação de Camionagem, R/C

6290-361, Gouveia

T: 238 498 160

T: 968 681 287

E: urze.estrela@gmail.com

W: www.urze.org

Presidente da Forestis participou em debate no Porto Canal



O Presidente da Forestis, Carlos Duarte que participou no dia 27 de agosto, no programa Ordem do Dia do Porto Canal, conduzido pelo jornalista João Pereira, juntamente com Bruno Antunes, Coordenador Regional do Norte da AGIF, sobre a temática dos incêndios florestais.

O líder da Associação Florestal de Portugal destacou o grave problema do abandono do território no interior do país, onde existe uma deficiente gestão dos espaços florestais. “Neste momento grande parte da área ardida são matos e terrenos abandonados. O que está a arder não tem qualquer tipo de gestão, porque os povoamentos florestais com gestão ativa quer seja de eucalipto, sobreiro, pinhal, ou outra espécie qualquer, têm evidenciado uma resiliência ao fogo”.

Sobre Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050, apresentado pelo Governo em março deste ano, Carlos Duarte é pragmático: “mais importante que os planos, porque estamos fartos de ter planos (...) é a sua implementação. Temos vários e somos muito bons na conceção dos planos, mas fazer planos sem implementação é um desperdício!”

O líder da Forestis considera que é um plano ambicioso, “mas é fundamental que seja concretizado através de um pacto político, envolvendo os partidos políticos, os agentes económicos do setor e que tenha uma visão de longo prazo e que seja intergeracional. Importa é que, num curto prazo o atual Governo apresente um conjunto de medidas para poder compensar os prejuízos e indemnizar os propriamente numa gestão ativa e sustentável dos espaços florestais, em que a sustentabilidade tem de ter uma importante dimensão ambiental, pela importância estratégica que tem para o país ao nível da qualidade do ar, na proteção dos recursos naturais como a água e o solo, a valorização da paisagem, etc”, venceu o Presidente da Forestis.

Carlos Duarte ressalva que os proprietários privados são responsáveis por 97% da floresta, naturalmente “estão cansados de gastarem dinheiro sem qualquer expectativa de retorno económico. Limpar a floresta significa mais de 1200 euros ha/ ano. Ao nível de volume de negócios do setor florestal, a produção tem 9%, cerca de 1400 milhões por ano, a indústria e a comercialização têm cerca de 12 mil e 600 milhões, ou seja 91%. São necessárias políticas públicas que defendam

Notícias

uma maior regulação ao nível das fileiras florestais com maior partilha dos rendimentos, com políticas ativas, em que o Estado deverá ter como parceiras as OPF- Organizações de Produtores Florestais, como a Forestis que está disponível e interessada em contratos programa, para poder executar tarefas de gestão ativa nas áreas em que os proprietários estão longe da sua propriedade, ou não têm condições para as executar.

O líder da Forestis afirmou que tem faltado “vontade política, para alocarmos os recursos financeiros. Quando se fala em 5% do PIB para a Defesa, na Floresta seria importante assegurar o mínimo de 0,5 % do PIB, 1400 milhões de euros por ano, bem distribuídos seriam claramente uma dotação que podia promover políticas ativas de fomento florestal, de reflorestação dos territórios, revitalização desses territórios e criação de emprego e riqueza, com redução clara ao nível dos riscos de incêndios”.

O dirigente associativo enalteceu o importante papel das Organizações de Proprietários Florestais, defendendo um regime jurídico de reconhecimento dessas organizações.

Carlos Duarte, lembrou ainda que, o PEPAC tinha previsto uma verba de 270 milhões de euros em seis anos, “em dezembro o Governo retirou 120 milhões para compensar outras medidas. Por isso, as florestas ficaram com uma verba residual. Há aqui um conjunto de redução de verbas com significado. Seria importante repor este financiamento, que é fundamental apoiar o investimento na reflorestação, quer das áreas ardidadas, quer das áreas abandonadas”.



Presidente da Forestis no Programa Biosfera da RTP2

Carlos Duarte é um dos protagonistas do programa Biosfera, que será emitido pela RTP 2, no próximo sábado, dia 6 de dezembro, pelas 17 horas, dedicado à gestão florestal. Trata-se de um magazine informativo que marca a agenda ambiental portuguesa, que apresenta caminhos sustentáveis para Portugal.



Forestis participou no podcast Valor da Floresta

O “Valor da Floresta”, o podcast do Observador e da The Navigator Company teve como convidado o Presidente da Forestis, Carlos Duarte, no dia 30 de outubro. Neste episódio, o dirigente destacou a importância da Floresta para o desenvolvimento do país, em diferentes dimensões: económica, social e ambiental.

Através de conversas com protagonistas de diferentes áreas, cada episódio dá corpo a um tema que atravessa o presente e o futuro da floresta em Portugal, com particular foco nas florestas plantadas. A série recorre a um formato de entrevista com um único convidado por episódio, escolhendo interlocutores distintos dos que já integram a proposta do ECO, para ampliar o leque de vozes e visões.

Nesta conversa, o Presidente da Forestis partilhou a visão da associação sobre a importância da floresta, a gestão do território como um dos grandes desafios do nosso país, como podemos conciliar a produção florestal com a conservação da biodiversidade e a segurança das populações e o papel das comunidades locais e os municípios na prevenção de incêndios e no ordenamento do território.

Trata-se de uma série de 13 episódios que convida a pensar a floresta não como um cenário estático, mas como um organismo vivo em transformação.



Opinião

Ano de Transição para a Floresta

André Chaves
a.chaves@forestis.pt

O ano de 2025 ficará marcado para a Forestis e para o setor florestal português, como um ponto de transição, um tempo de consciência reforçada, de reflexão estratégica e de redefinição de prioridades.

Foi um ano em que a floresta voltou ao centro do discurso público, em torno da sustentabilidade, do carbono, da bioeconomia e dos serviços de ecossistema. Mas, apesar da mobilização e dos diagnósticos já consensuais, o país continua a enfrentar a distância entre o que se projeta e o que se concretiza.

Entre planos ambiciosos e realidades desafiantes, 2025 revelou que a mudança estrutural da floresta portuguesa ainda está em curso.

O associativismo como infraestrutura de sustentabilidade

O associativismo florestal consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como o pilar da gestão sustentável em Portugal. As Organizações de Produtores Florestais (OPF) são hoje o elo técnico e social que aproxima proprietários, políticas públicas e território.

Através delas, concretiza-se o que muitas vezes permanece abstrato nos planos estratégicos: a gestão agrupada, a certificação, a prevenção de incêndios e a valorização económica da floresta.

Contudo, a taxa de adesão ao associativismo florestal continua baixa, cerca de 16% dos proprietários, e o modelo de financiamento ainda demasiado dependente de projetos pontuais. A Forestis defende, há muito, que as OPF devem ser reconhecidas como infraestruturas de interesse público, indispensáveis à execução das políticas florestais e à transição climática.

Sem este reconhecimento e sem financiamento estável, a proximidade territorial, que é uma das maiores forças do associativismo, corre o risco de se fragilizar.

A gestão florestal profissional requer escala, continuidade e conhecimento.

E essas três condições só são possíveis quando existe ação coletiva, um princípio que deve ser reforçado na política florestal nacional.

O quadro político e a necessidade de execução

Em março de 2025, o Governo apresentou o Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050: um instrumento ambicioso, com 19 medidas e 154 ações, destinado a fortalecer a gestão ativa, a resiliência e a inovação florestal.

Contudo, mais importante do que o plano é a sua execução. Portugal tem sido exemplar na formulação de estratégias, mas hesitante na sua concretização.

A ausência de mecanismos de compensação pós-incêndio para proprietários florestais, o excesso de burocracia nos apoios públicos e a dispersão de competências entre entidades continuam a travar resultados efetivos.

É necessário um pacto político e intergeracional, que assegure continuidade às políticas, financiamento previsível e incentivos que cheguem ao terreno.

Sem uma vantagem real para os proprietários e partes, dificilmente haverá mudança duradoura.

A floresta num contexto de vulnerabilidade crescente

2025 foi também um dos anos mais severos de incêndios das últimas décadas.

Em poucas semanas, arderam mais de 260 mil hectares, deixando para trás ecossistemas degradados, solos desprotegidos e comunidades fragilizadas.

O que se perdeu vai além da dimensão ecológica, perdeu-se capital natural, carbono acumulado e paisagens vivas que sustentavam biodiversidade e identidades locais.

Cada grande incêndio expõe a fragilidade estrutural do território: propriedade fragmentada, envelhecimento dos proprietários, ausência de gestão e desequilíbrios no ordenamento.

Estas vulnerabilidades tornam a floresta portuguesa cada vez mais exposta a riscos climáticos e económicos.

A resposta exige gestão ativa, ordenamento e cooperação local.

Opinião

Modelos como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), as Áreas Florestais Agrupadas (AFA), os Agrupamentos de Baldios (AdBaldios) e as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) são instrumentos essenciais mas ainda carecem de apoio técnico e financeiro consistente, que garanta a sua consolidação e replicação no território.

Valorização dos serviços de ecossistema: do conceito à prática

A valorização económica dos Serviços de Ecossistema (SE) constitui uma das maiores oportunidades de convergência entre ambiente, economia e coesão territorial.

Os Pagamentos por Serviços de Ecossistema (PSE) introduzidos na política portuguesa em 2019, representam uma mudança paradigmática: reconhecer e remunerar quem mantém o território funcional, garantindo regulação climática, sequestro de carbono, conservação do solo e da água. Contudo, a operacionalização continua limitada.

Persistem lacunas na definição de critérios, monitorização e metodologias de valoração.

Os pequenos proprietários, que asseguram parte significativa dos serviços, raramente acedem aos mecanismos de pagamento, devido à complexidade técnica e à falta de escala.

A gestão agrupada, coordenada pelas OPF, é por isso o caminho natural para integrar estes instrumentos, transformando valor ambiental em rendimento justo e contínuo.

Como recordam Turner et al. (2003) e Madureira et al. (2013), a valoração dos serviços de ecossistema não é apenas um exercício económico: é um instrumento de política pública, essencial para internalizar o valor ecológico nas decisões de gestão.

O mercado voluntário de carbono: entre a ambição e a integridade

O debate global sobre compensações de carbono ganhou renovada atenção em 2025, com a publicação do estudo de Romm, Lezak & Alshamsi (Annual Review of Environment and Resources), que revelou falhas sistémicas nos mecanismos de offsetting: adicionalidade insuficiente, impermanência, dupla contagem e incentivos distorcidos.

Esta análise reforça a necessidade de Portugal adotar modelos baseados em contribuição (“contribution claims”), em que o financiamento apoia a ação climática sem alegar neutralidade imediata.

A integridade e a rastreabilidade devem ser princípios centrais de qualquer esquema nacional de créditos de carbono.

Sem rigor técnico e transparência, não há confiança nem mercado credível.

A floresta portuguesa pode e deve ter um papel ativo neste processo, mas os mecanismos precisam de ser simples, verificáveis e adaptados à realidade das pequenas propriedades.

A Forestis continuará a defender que o valor do carbono deve permanecer no território, revertendo em benefício direto das comunidades que garantem o sequestro e a resiliência.

Território e coesão: a floresta como bem público

Enquanto os centros urbanos concentram população e decisão, as áreas rurais continuam a perder vitalidade humana e económica.

O despovoamento e o abandono não são apenas problemas sociais são fatores ecológicos e económicos que comprometem a sustentabilidade do país.

A floresta, neste contexto, é muito mais do que um espaço produtivo: é o suporte da água, do solo, do clima e da biodiversidade.

O seu abandono é um risco coletivo.

Valorizar o território rural é, portanto, uma questão de segurança nacional, ambiental e económica.

Conclusão: depois das cinzas, a responsabilidade...

2025 ficará na história como um ano de transição, entre a consciência da urgência e a necessidade de concretização.

Houve avanços significativos: reforço da cooperação interinstitucional, reconhecimento do valor dos serviços de ecossistema, e afirmação pública do papel do associativismo.

Mas o essencial continua por fazer: implementar medidas com impacto real para os proprietários florestais e compartes, traduzindo as políticas em incentivos tangíveis, previsíveis e justos.

O futuro da floresta portuguesa depende da capacidade de agir coletivamente, de alinhar políticas com o território e de transformar o discurso em prática.

A Forestis reafirma o seu compromisso com esse território, com as pessoas que o cuidam e com uma visão partilhada:

uma floresta viva, sustentável e justa, onde o valor que é criado deve reverter para quem dela faz paisagem e futuro.

Big Numbers

> **33** anos

> **37** associadas

> **19.500**

proprietários florestais

> **1.500.000**
hectares

BREVES



Alliance Forêts Bois em Portugal a convite da Forestis

A Forestis recebeu uma delegação da Alliance Forêts Bois, a maior cooperativa florestal francesa, para uma visita técnica, dedicada à gestão sustentável do pinhal-bravo e ao controlo fitossanitário, no dia 1 de outubro. Tratou-se de uma parceria com a APFCAN, Centro Pinus, ICNF e INIAV, reunindo representantes de entidades de referência na gestão, investigação e valorização da floresta portuguesa.

Durante a visita ao laboratório do INIAV foram divulgados os avanços na investigação em fitossanidade florestal e na conservação de recursos genéticos. Na deslocação a Alcobaça visitamos áreas de pinhal dinamizadas pelos técnicos da APFCAN, do Centro Pinus e do ICNF, foram observadas as e monitorização do nemátodo-da-madeira-do-pinheiro (NMP), designadamente a instalação de armadilhas, a monitorização de insetos vetores e a remoção de árvores sintomáticas.

A Mata Nacional do Valado dos Frades, área emblemática do pinhal-bravo foi um dos pontos centrais da visita, permitindo ver in loco o trabalho de cooperação desenvolvido, desde 2009, entre as entidades portuguesas na prevenção e controlo de pragas florestais, bem como as estratégias de valorização económica e ecológica do pinhal.

Com esta atividade a Forestis reforça, assim, a sua missão de promover o associativismo florestal e a cooperação internacional, fortalecendo pontes entre os dois países, para a partilha de conhecimento, inovação e boas práticas na defesa e gestão sustentável das florestas.

Forestis esteve no ForestWISE 365

O evento anual do CoLAB ForestWISE, que reuniu na UTAD, no dia 26 de setembro, representantes de várias entidades, nos domínios da floresta e do fogo, para debater os seus principais desafios.

O Secretário de Estado das Florestas, Rui Ladeira presente no evento realçou a importância do Plano Floresta 2050 que visa a gestão sustentável e a valorização da floresta nacional. O governante enalteceu também o trabalho que o CoLAB ForestWISE, tem vindo a desenvolver em prol da floresta nacional.

Destaque para as presenças do Reitor da UTAD, Emídio Gomes, o Presidente cessante do Conselho de Administração do CoLAB ForestWISE, Miguel Silveira, o atual Presidente deste Conselho, Nuno Calado, e o Chief Technology Officer do CoLAB, José Gaspar.

Esta edição incluiu, ainda, a participação de especialistas de entidades internacionais que partilharam a sua visão sobre inovação e cooperação internacional no setor florestal.



Forestis aposta em nova identidade visual

A Forestis termina o ano de 2025 com uma das suas transformações mais significativas: um profundo rebranding da sua imagem institucional. Depois de mais de uma década a operar com o logótipo de 2008, esta mudança reflete o símbolo da evolução e do compromisso renovado da associação, sintetizado no seu novo slogan: “A sua floresta, o nosso compromisso”.

A nova identidade visual tem como peça central um logótipo moderno e intemporal. O design eleva uma árvore estilizada, perfeitamente integrada num formato circular. Este círculo é a metáfora visual perfeita para o ciclo de vida, a economia circular e a visão holística da Forestis sobre a gestão profissional e sustentável da Floresta. Ao mesmo tempo, a árvore no seu interior, símbolo universal de crescimento e resiliência, representa a vitalidade do setor florestal português, o nosso foco principal de atuação.

Esta nova imagem alinha-se diretamente com os objetivos e visão estratégica da Forestis para os próximos anos: potenciar o valor económico, ambiental e social da floresta. Adotar uma identidade visual mais coesa e contemporânea permite à Associação Florestal de Portugal comunicar de forma mais eficaz com proprietários, parceiros e o público em geral, convidando todos os atores a reconhecerem-se neste círculo virtuoso de defesa e gestão da floresta.

O rebranding de 2025 é o espelho da nossa capacidade de adaptação aos novos tempos. Ao consolidar a missão de apoio ativo à gestão, defesa e associativismo da floresta privada e comunitária sob esta bandeira, a Forestis projeta um futuro sustentável de raízes fortes e inabaláveis, dando ainda mais autenticidade ao seu compromisso coletivo.



REDE FORESTIS

agora somos **37**

AFACC - Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves
AFBAIXOVOUGA - Associação Florestal do Baixo Vouga
AFCÁVADO - Associação Florestal do Cávado
AFCGÓIS - Associação Florestal do Concelho de Góis
AFEDTÂMEGA - Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega
AFEDVOUGA - Associação Florestal Entre Douro e Vouga
AFLIMA - Associação Florestal do Lima
AFLODOUNORTE - Associação Florestal do Vale do Douro Norte
AFLOPINHAL - Associação Florestal do Pinhal
AFRIBEIRAPENA - Associação Florestal de Ribeira de Pena
AFVALESOUZA - Associação Florestal do Vale do Sousa
AGRIARBOL - Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
AGUIARFLORESTA - Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar
APFAM - Associação dos Produtores Florestais de Alvelos e Muradal
APFCAN - Associação de Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobaça e Nazaré
APFCARGANIL - Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil
APFLOR - Assoc. dos Prod. e Prop. Florestais do Conc. de Pedrogão Grande
APFVMINHO - Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho
ARBOREA - Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria Transmontana
ASVA - Associação dos Silvicultores do Vale do Ave
CAPOLIB - Cooperativa Agro Rural de Boticas
CEDRUS - Associação de Produtores Florestais de Viseu
CELLFLOR - Associação de Produtores Florestais
CSAFVILANOVACEIRA - Cooperativa Social e Agro - Florestal de Vila Nova do Ceira
PORTUCALEA - Associação Florestal do Grande Porto
RIBAFLO - Associação Florestal das Terras de RibaDouro
URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela
VERDELAFÕES - Associação de Produtores Florestais
COOPBARROSO - Cooperativa Agrícola do Barroso
AMFALA - Associação de Manutenção Florestal dos Amigos do Litoral Alentejano
AGRO LILA - Associação Agro-Florestal das Terras do Lila
ALTO DA BROCA - Associação de Produtores Florestais
CUMEADAS - Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana
APOSC - Associação Para o Ordenamento da Serra da Cabreira
ASSOCIAÇÃO MÚTUA DE BASTO - Associação Des. Rural, Mútua Seguros Multi-Serviços
SILVIDOURO - Associação Agro florestal
Associação de Desenvolvimento Rural Lobos Uivam



Forestis
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL



Forestis

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL